

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor(a),
o texto completo deste trabalho
será disponibilizado somente
a partir de
10/03/2028

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - *Campus* de Assis

TASSIANA CARLI

**A PRESENÇA (INVISÍVEL) DA BRANQUITUDE NAS PRÁTICAS
INSTITUCIONAIS DO SUAS**

Assis – SP

2026

TASSIANA CARLI

**A PRESENÇA (INVISÍVEL) DA BRANQUITUDE NAS PRÁTICAS
INSTITUCIONAIS DO SUAS**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis para obtenção do título de doutora em Psicologia

Área de concentração: Psicologia e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

Assis – SP

2026

C282p

Carli, Tassiana

A presença (invisível) da branquitude nas práticas institucionais do
SUAS / Tassiana Carli. -- Assis, 2026
328 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Leonardo Lemos de Souza

1. Infância. 2. Racismo. 3. Branquitude. 4. SUAS. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A presença (invisível) da branquitude nas práticas institucionais do SUAS

AUTORA: TASSIANA CARLI

ORIENTADOR: LEONARDO LEMOS DE SOUZA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Psicologia, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Participação Virtual)
UNESP / FCL - Assis

Prof. Dr. PAULO VITOR PALMA NAVASCONI (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs

Profa. Dra. DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO (Participação Virtual)
UNESP/FCL - Assis

Profa. Dra. GEISA MATTOS DE ARAÚJO LIMA (Participação Virtual)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. DANIELLY CHRISTINA DE SOUZA MEZZARI (Participação Virtual)
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Assis, 10 de março de 2026.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, porto seguro e apoio. Para meus irmãos, Ivan e Braulio, e minha irmã, Heloisa, elos de vida e amores incondicionais. Ao meu pai (*em memória*), Sidney, que me acompanha diariamente desde outros planos.

À minha cunhada, Renata, pelas palavras sempre carinhosas. Aos meus sobrinhos, Luca e Theo, por trazerem tanta alegria sem mesmo saberem.

Ao meu companheiro, Diego, pelos dias e noites de diálogos, compreensão, apoio e caminhos traçados juntos.

Ao meu orientador, Leonardo Lemos de Souza, por tantos anos compartilhando trajetórias acadêmicas.

Às minhas amigas e aos meus amigos pela compreensão por meu sumiço em meio ao caos que se faz na produção de uma tese.

Ao Secretário de Desenvolvimento Social de Bertioga à época das entrevistas, Paulo Sérgio Paes, e à Diretora do Departamento de Assistência Social, Flávia Domênica, pela oportunidade e confiança em me permitirem desenvolver a pesquisa com os trabalhadores do SUAS nas dependências dos equipamentos.

Aos trabalhadores do SUAS, principalmente psicólogas e assistentes sociais da Prefeitura de Bertioga, que dispuseram de tempo e afeto para participarem das entrevistas.

Por fim, agradeço às professoras e aos professores que aceitaram estar presentes como integrantes da banca de avaliação, dispondo de tempo e contribuindo com seus conhecimentos para a qualidade desta pesquisa.

RESUMO

A tese analisa como as dinâmicas raciais, especialmente a branquitude, atravessam as práticas institucionais voltadas às infâncias no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Partindo do entendimento de que o racismo opera estruturalmente na sociedade brasileira, sustenta-se que seus efeitos incidem tanto nos marcos normativos da Assistência Social quanto no cotidiano dos serviços, produzindo impactos desiguais sobre crianças brancas e não brancas. A discussão articula três eixos teóricos: os processos históricos de colonialismo e racialização, os estudos da branquitude e os referenciais da Sociologia da Infância, destacando a interseccionalidade entre raça e geração. A pesquisa, de abordagem qualitativa, combina revisão bibliográfica, análise de documentos normativos e entrevistas com profissionais dos serviços CRAS, CREAS e SAICA de Bertioga-SP. O estudo examina como psicólogas e assistentes sociais reconhecem, interpretam ou reproduzem desigualdades raciais, evidenciando tensões entre diretrizes legais, concepções de infância e práticas institucionais. Também analisa a presença das crianças nos serviços, os registros do marcador racial e os silenciamentos que permeiam o atendimento. Os resultados mostram que, apesar de avanços normativos, persistem lacunas significativas na consideração da dimensão racial no SUAS. Observou-se que a branquitude atua como norma tácita, orientando percepções, decisões e formas de reconhecimento institucional, inclusive entre profissionais não brancos. A ausência de formações continuadas e de abordagens interseccionais contribui para a reprodução de naturalizações e para a invisibilização das desigualdades envolvendo crianças negras e indígenas. A tese recomenda o fortalecimento de práticas antirracistas por meio da revisão crítica das concepções de infância que orientam a política, da inclusão sistemática da categoria raça nos registros e do investimento em formações interseccionais. Argumenta-se que garantir infâncias plurais e o pleno exercício de direitos exige enfrentar as lógicas coloniais que ainda estruturam o SUAS e seus modos de funcionamento.

Palavras-chave: Infância; Racismo; Branquitude; SUAS.

ABSTRACT

The thesis examines how racial dynamics—especially whiteness—shape institutional practices directed toward children within the Unified Social Assistance System (SUAS). Based on the understanding that racism operates structurally in Brazilian society, it argues that its effects permeate both the normative frameworks of Social Assistance and the everyday functioning of services, producing unequal impacts on white and non-white children. The discussion articulates three theoretical axes: the historical processes of colonialism and racialization, studies on whiteness, and the frameworks of the Sociology of Childhood, emphasizing the intersectionality between race and generation. The qualitative research combines a bibliographic review, analysis of normative documents, and interviews with professionals working in CRAS, CREAS, and SAICA services in the municipality of Bertioga, São Paulo. The study examines how psychologists and social workers recognize, interpret, or reproduce racial inequalities, revealing tensions between legal guidelines, conceptions of childhood, and institutional practices. It also analyzes the presence of children in the services, the recording of racial markers, and the silences that permeate professional conduct. The findings indicate that, despite normative advances, significant gaps remain in addressing the racial dimension within SUAS. Whiteness was observed to function as a tacit norm that shapes perceptions, decisions, and institutional recognition—even among non-white professionals. The lack of continuing education and of intersectional approaches contributes to the reproduction of naturalizations and to the invisibilization of inequalities affecting Black and Indigenous children. The thesis recommends strengthening antiracist practices by critically revising the conceptions of childhood that guide the policy, systematically including race in institutional records, and investing in intersectional training. It argues that ensuring plural childhoods and the full exercise of rights requires confronting the colonial logics that continue to structure SUAS and its modes of operation.

Keywords: Childhood; Racism; Whiteness; SUAS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CDC	Convenção sobre os Direitos das Crianças
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MSE	Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB- RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SI	Sociologia da Infância
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Resultados de pesquisa do Google sobre “crianças bonitas”	223
Figura 2 – Crianças mortas por violência intencional	260
Figura 3 – Raça e geração como agravantes de vulnerabilidade	260

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	DELINEAMENTO DO TEMA.....	9
1.2	APORTES METODOLÓGICOS.....	16
1.3	REFLEXIVIDADE E POSIÇÃO DA PESQUISADORA.....	20
1.4	ESTRUTURA DA TESE.....	23
2	COLONIALISMO, RACISMO E BRANQUITUDE.....	26
2.1	COLONIALISMO E RACISMO.....	27
2.2	OS ESTUDOS DA BRANQUITUDE.....	37
3	INFÂNCIA COMO CATEGORIA SOCIAL E CULTURAL.....	51
3.1	A INVENÇÃO DA CRIANÇA.....	51
3.2	A CRIANÇA COMO CULTURA.....	59
3.3	SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA.....	64
3.4	A INFÂNCIA NO BRASIL.....	77
3.5	AGÊNCIA INFANTIL: CRIANÇAS COMO SUJEITOS SOCIAIS.....	88
4	MARCOS NORMATIVOS DO SUAS: LACUNAS E CONTRIBUIÇÕES.....	109
5	AS CRIANÇAS NO SUAS: PRESENÇA E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS.....	142
5.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL DOS PARTICIPANTES.....	142
5.2	A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DOS SERVIÇOS DO SUAS.....	147
5.3	INSTRUMENTAIS E O REGISTRO DO MARCADOR RACIAL NAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS.....	167
6	A PRESENÇA (INVISÍVEL) DA BRANQUITUDE NAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DO SUAS.....	179
6.1	RECONHECIMENTO, SILENCIAMENTOS E MANIFESTAÇÕES COTIDIANAS DA DIMENSÃO RACIAL.....	180
6.2	A MANIFESTAÇÃO DO MARCADOR RACIAL NOS ATENDIMENTOS E ACOMPANHAMENTOS DE CRIANÇAS.....	195
6.3	BRANQUITUDE: SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS PROFISSIONAIS.....	214
6.4	O NÃO-RECONHECIMENTO DA BRANQUITUDE NAS PRÁTICAS COM CRIANÇAS.....	231
6.5	A HIERARQUIZAÇÃO DA DOR INFANTIL.....	244
7	DESAFIOS E DIFICULDADES NA CONSIDERAÇÃO DO MARCADOR RACIAL NAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS.....	253
8	FORMAÇÃO, CAPACITAÇÕES E LACUNAS.....	268
8.1	AÇÕES E CAPACITAÇÕES (IN)EXISTENTES.....	268
8.2	FORMAÇÃO ACADÊMICA E LACUNAS NA ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL E GERACIONAL.....	277
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	285
	REFERÊNCIAS.....	289
	ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA PARA DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA..	318
	ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	319
	ANEXO C - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	324
	ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	326

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delineamento do tema

As políticas públicas brasileiras, especialmente a Assistência Social, operam historicamente em um cenário marcado por persistentes desigualdades raciais. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), concebido para garantir proteção social, ampliar direitos e assegurar acesso universal e igualitário, também se configura como espaço onde tais desigualdades são reproduzidas, negociadas e, por vezes, contestadas. Nesse sentido, compreender as dinâmicas raciais que atravessam as práticas institucionais — sobretudo aquelas voltadas às infâncias — constitui um desafio ético, político e epistemológico central.

O racismo estrutural, sustentado pelo regime de poder da branquitude, organiza formas de perceber, classificar e hierarquizar sujeitos, afetando tanto as relações interpessoais quanto os modos institucionais de produzir cuidado, intervenção e política. Quando articulamos o marcador racial ao eixo geracional, torna-se evidente como branquitude e adultocentrismo produzem efeitos específicos sobre as crianças, especialmente negras e indígenas, incidindo sobre suas experiências, expectativas, formas de participação e modos de reconhecimento institucional.

Diante desse quadro, emergem questões fundamentais: de que modo as práticas institucionais do SUAS reconhecem — ou silenciam — as relações raciais que atravessam a infância? Quais compreensões os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS — assistentes sociais e psicólogos(as) — constroem sobre raça, infância e branquitude em seus cotidianos profissionais? E como tais compreensões se articulam.

Partimos da hipótese de que a branquitude, combinada ao adultocentrismo, influencia significativamente as práticas direcionadas às infâncias no interior dos serviços socioassistenciais, seja pela reprodução de normativas racializadas, seja pela ausência de problematização crítica sobre suas implicações. Assim, o objetivo principal desta pesquisa é analisar como trabalhadores(as) do SUAS compreendem e mobilizam a dimensão racial em suas práticas institucionais voltadas às crianças. Ao examinar tais dinâmicas, buscamos contribuir para o fortalecimento de uma reflexão teórico-crítica sobre branquitude, raça e geração nas políticas públicas, bem como para a qualificação das ações socioassistenciais dirigidas às infâncias, ampliando a capacidade do SUAS de enfrentar as desigualdades raciais que o atravessam e que constituem, historicamente, a sociedade brasileira.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: (a) Examinar o contexto institucional e normativo da Política de Assistência Social e do SUAS, contemplando leis, diretrizes, documentos técnicos e materiais institucionais relacionados à infância e à equidade racial, de modo a identificar avanços, lacunas e orientações que estruturam as práticas no campo socioassistencial; (b) Analisar as percepções dos trabalhadores do SUAS acerca das categorias “criança” e “raça”, a partir das práticas institucionais desenvolvidas no cotidiano dos serviços voltados às infâncias; (c) Interpretar criticamente essas percepções à luz do referencial teórico e dos marcos normativos e articular aos fundamentos ético-políticos da Política de Assistência Social, identificando convergências, tensões e contradições presentes no modo como as relações raciais são incorporadas — ou silenciadas — nas práticas institucionais; (d) Elaborar recomendações para o aprimoramento das práticas socioassistenciais voltadas às infâncias, considerando a perspectiva dos estudos sobre branquitude e a promoção da equidade racial no SUAS.

As discussões dos resultados foram construídas a partir do campo de estudos sobre branquitude, articulando-o com outras epistemologias que, embora não se dediquem especificamente aos referidos estudos, permitem aprofundar sua compreensão, como o feminismo negro, os estudos decoloniais e as críticas aos projetos coloniais de poder. Também nos apoiamos na Sociologia da Infância (SI) e em pesquisas dedicadas às infâncias, que subsidiam a problematização do adultocentrismo e a elaboração de novas perspectivas sobre as crianças e suas experiências sociais. Somam-se a isso os marcos normativos que orientam os serviços da Política de Assistência Social, mobilizados em diálogo com referenciais teóricos que contribuem para analisar a dimensão política e institucional das políticas públicas.

A motivação para esta investigação emerge tanto da posição social da autora — uma mulher branca, inserida profissionalmente como psicóloga na rede socioassistencial do município estudado — quanto das inquietações produzidas por um exercício autocrítico sobre suas próprias práticas institucionais com crianças, reconhecendo como tais práticas são atravessadas pelo marcador racial. Consideramos como práticas institucionais um conjunto de ações que inclui atendimentos, acompanhamentos, grupos e oficinas.

Os atendimentos correspondem aos primeiros contatos com usuários e famílias, realizados antes da definição sobre a necessidade de acompanhamento continuado. O acompanhamento, por sua vez, caracteriza-se como uma ação sistemática voltada ao fortalecimento de vínculos, à superação de vulnerabilidades e ao acesso a direitos, podendo ocorrer por meio de atendimentos individualizados, grupos ou oficinas, de forma continuada ou até que seus objetivos sejam atingidos.

Ao longo do processo de investigação, tornou-se evidente a escassez de produções que abordam a branquitude no contexto do SUAS, aspecto que também funciona como um disparador desta pesquisa. Entendemos que oferecer às profissionais entrevistadas um espaço seguro e reflexivo para abordar suas práticas — reconhecendo limites, lacunas e potencialidades — pode contribuir de forma significativa para o campo de estudos sobre relações raciais no SUAS. Espera-se, assim, produzir dados e reflexões capazes de fortalecer o debate teórico-crítico e subsidiar transformações nas práticas institucionais voltadas às infâncias.

Além disso, observa-se uma presença cada vez mais significativa de psicólogos no campo da Assistência Social, atuando em múltiplos serviços, equipamentos e níveis de proteção. Esses profissionais são convocados a direcionar suas práticas institucionais a diferentes públicos, inclusive às crianças. Assim, buscamos contribuir não apenas para o campo da Psicologia, mas também para áreas afins que dialogam com os debates contemporâneos sobre raça, infância e políticas públicas. Nesse cenário, torna-se incontornável retomar a provocação de Munanga (2017), segundo a qual, o racismo no Brasil se constitui como um crime perfeito. Tal formulação evidencia a sofisticação dos mecanismos de ocultamento que estruturam as relações raciais no Brasil. Se o racismo opera de modo silencioso, difuso e naturalizado, seus efeitos se fazem sentir nas experiências das(os) usuárias(os) das políticas públicas, na formação das(os) futuras(os) profissionais e no próprio campo acadêmico que se dedica ao estudo dessas temáticas.

Nessa linha, Oliveira, Battistelli, Rodrigues e Cruz (2019, p. 147) reforçam que é preciso enfrentar a “lógica epistemicida” (Carneiro, 2005) que atravessa a produção de conhecimento brasileiro. Como lembram as autoras, o apagamento da população negra ultrapassa a esfera da violência física e atinge a dimensão simbólica da existência, negando às pessoas negras o lugar de produtoras legítimas de saber. Explorar essa citação nos convoca a compreender que o racismo, enquanto estrutura, não apenas conforma práticas institucionais, mas também organiza expectativas sobre quem pode falar, pesquisar, interpretar e teorizar sobre o mundo social. Dessa forma, pensar branquitude, racismo e infância no âmbito do SUAS requer examinar como determinados corpos e vozes são autorizados ou silenciados no fazer profissional e acadêmico.

No interior da política socioassistencial brasileira, tais questões ganham contornos ainda mais complexos. A política opera por meio de uma rede de programas e serviços destinados a garantir proteção e acesso a direitos à população em situação de vulnerabilidade. Entre os principais equipamentos, destacam-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). Esses serviços se organizam

nos diferentes níveis de proteção — Básica, Especial de Média Complexidade e Especial de Alta Complexidade, respectivamente — e preveem, entre suas atribuições, o atendimento e o acompanhamento de crianças, seja no contexto do trabalho com suas famílias, seja no âmbito dos acolhimentos institucionais.

Assim, refletir sobre branquitude, racismo e práticas profissionais no SUAS é também refletir sobre os modos como crianças negras e brancas são vistas, narradas, acolhidas e interpretadas pelas instituições. É considerar que a política, embora pautada pela garantia de direitos, não está imune às hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira. E é reconhecer que, para além dos marcos normativos, a concretização dos direitos depende das lentes teóricas, ético-políticas e afetivas que orientam as práticas cotidianas de psicólogas e assistentes sociais.

Nesse contexto, os serviços socioassistenciais se estruturam a partir de marcos normativos que orientam suas práticas e permitem a análise crítica das políticas públicas. Entre eles, destacam-se a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (Brasil, 1990b) Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990a), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) (Brasil, 2012a) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009a), além de outros documentos específicos relacionados aos serviços (Brasil, 2009b; 2009c; 2011a; 2011b; 2012b; 2012c; 2016a; 2016b), bem como o material *A criança e sua família no contexto dos serviços socioassistenciais* (Brasil, 2019a). Também se revelam de igual relevância para a presente pesquisa o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), o material *SUAS sem racismo – Promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social* (Brasil, 2018) e *Desafios para construção de um SUAS sem Racismo: Assistência Social e população negra no Brasil* (Brasil, 2024b).

Embora tais documentos forneçam fundamentos importantes para orientar reflexões sobre práticas institucionais voltadas às crianças, é necessário reconhecer que eles podem apresentar lacunas. Isso se deve ao fato de que fenômenos estruturais como a branquitude e o adultocentrismo perpassam todas as instâncias institucionais, transcendendo a esfera normativa. Nesse sentido, a articulação com referenciais teóricos e pesquisas sobre políticas públicas se mostra essencial, permitindo ampliar a compreensão crítica e subsidiar análises sobre as limitações e potencialidades das práticas institucionais em relação às desigualdades raciais.

Da noção de raça adotada nesta pesquisa compreende-a como uma construção social articulada a interesses políticos, sociais e econômicos, utilizada historicamente como justificativa para a hierarquização social a partir do fenótipo. Nesse contexto, pessoas brancas

— assim como sua cultura, seus costumes e seu conhecimento — ocupam posições privilegiadas em detrimento das pessoas não brancas. No Brasil, o pertencimento racial branco está fortemente relacionado ao fenótipo europeu, cujos traços físicos são socialmente codificados como referência de superioridade. Entretanto, os privilégios associados ao fenótipo branco extrapolam a dimensão simbólica, estendendo-se para vantagens materiais e institucionais (Schucman, 2014).

Partimos do entendimento do racismo como uma ideologia estruturante, que se materializa tanto nas relações interpessoais quanto nas instituições, permeando o desenvolvimento das políticas públicas. Tal fenômeno não se limita à ação individual, mas se mantém por meio de uma complexa rede de estruturas, normas, práticas e políticas capazes de determinar oportunidades e valores para pessoas e grupos com base na aparência física. Como observado por Werneck (2016), o racismo atua em múltiplos níveis, produzindo efeitos sobre comportamentos, sentimentos, pensamentos e práticas interpessoais, além de influenciar processos e políticas institucionais. Apesar da profundidade de seus impactos, o racismo tende à naturalização das desigualdades, sendo frequentemente percebido como sutil ou invisível.

Nesse sentido, a análise aqui proposta não busca individualizar responsabilidades ou culpabilizar pessoas brancas, mas compreender a branquitude como uma construção sócio-histórica sustentada pela ideia falaciosa de superioridade racial branca. Esta construção confere aos sujeitos identificados como brancos privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos, inicialmente gerados pelo colonialismo e preservados nas dinâmicas contemporâneas (Schucman, 2014; 2017, 2018a, 2018b, 2018c, 2024a, 2024b).

Ao mesmo tempo, é imprescindível reconhecer a responsabilidade de todas as pessoas que integram instituições e estruturas racistas. Conforme refletem Schurster e Gherman (2021), conceitos como “Estado genocida” ou “instituição genocida” não devem permanecer no plano abstrato; é necessário identificar as pessoas que compõem essas instituições e reconhecer que, embora a estrutura crie condições para a reprodução do genocídio, são os sujeitos que, no exercício de suas funções, concretizam-no ou podem transformá-lo. Dessa forma, a compreensão crítica da branquitude não apenas evidencia privilégios e desigualdades, mas também convoca à responsabilidade ética e política na atuação profissional e institucional.

A branquitude, enquanto um sistema de poder, incide sobre a produção de subjetividades e controle tanto de pessoas brancas como não brancas (Fanon, 2008). Tanto os trabalhadores brancos quanto os não brancos estão sujeitos ao regime estrutural de poder da branquitude, podendo, a partir dele, moldar suas percepções e práticas, mesmo que de maneiras diferentes. Faz-se importante, portanto, o reconhecimento de sua existência, a fim de se buscar

alternativas para a transgressão do racismo institucional. Nesse sentido, consideramos nos responsabilizar, enquanto trabalhadores, pela compreensão dos atravessamentos do marcador racial em nossas práticas institucionais com crianças.

Apesar dos avanços em termos legais, como a Constituição Federal (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990a), que asseguram a proteção integral e os direitos fundamentais das crianças, ainda existem desafios para garantir que essas políticas rompam com as práticas de exclusão e violência histórica que afetam principalmente crianças não brancas. É nesse contexto que se faz necessária uma reflexão crítica sobre a branquitude e as práticas dela decorrentes que reproduzem desigualdades.

A branquitude configura-se como um modelo estrutural, historicamente estabelecido e continuamente reatualizado em sociedades marcadas pelo racismo, sendo responsável por organizar os mecanismos de desigualdade social em função da raça em diferentes instâncias — institucionais, sociais, familiares e subjetivas (Almeida, 2019; Bento, 2002a, 2002b, 2002c; Cardoso, 2014; Carone, 2002; Frankenberg, 2004; Piza, 2002; Schucman, 2014, 2017, 2018a, 2018b, 2018c, 2024a, 2024b; Sovik, 2004, 2009). Esse regime de poder se consolida por meio de narrativas hegemônicas que estruturam percepções, práticas e relações sociais, alicerçadas na formação da sociedade moderna a partir dos princípios do Iluminismo, os quais buscavam construir a ideia de humanidade centrada na experiência ocidental, considerando o sujeito político ideal como íntegro, racional e pleno de direitos, responsável por conduzir a história aos patamares mais elevados da razão (Passos; Puccinelli; Rosa, 2019).

A partir dessa perspectiva, categorias como branquitude, masculinidade e cis-heteronormatividade¹ funcionam como narrativas centrais da modernidade, moldando as demais categorias sociais e legitimando desigualdades históricas. Em decorrência disso, torna-se fundamental recorrer à interseccionalidade como instrumento analítico, articulando marcadores sociais de raça, gênero, classe e outras dimensões de poder (Collins; Bilge, 2021;

¹ A cis-heteronormatividade refere-se ao regime sociocultural que naturaliza a cisgeneridade e a heterossexualidade como padrões compulsórios de existência, organizando expectativas, comportamentos e instituições a partir da suposição de que todas as pessoas se identificam com o gênero atribuído no nascimento e desejam pessoas do “sexo oposto”. O conceito articula, de um lado, a noção de heteronormatividade, formulada por Michael Warner (1991), que descreve o conjunto de práticas e discursos que produzem a heterossexualidade como norma; e, de outro, os debates sobre cisnormatividade, discutidos por autores como Viviane Vergueiro (2015), Dean Spade (2015) e Judith Butler (2004), que evidenciam como o Estado, a medicina, o direito e a vida cotidiana reforçam a ideia de que corpos “cis” são mais legítimos, inteligíveis e reconhecíveis. Assim, a cis-heteronormatividade opera como matriz regulatória que legitima determinadas formas de viver gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que marginaliza, patologiza ou invisibiliza experiências dissidentes, especialmente de pessoas trans, travestis e não binárias (Butler, 2004; Vergueiro, 2015).

Crenshaw, 2002), para compreender de maneira mais precisa como a branquitude se manifesta nas relações sociais, nas instituições e nas políticas públicas.

Quando tratamos da infância, torna-se necessário ampliar nossas referências a partir do território social em que nos situamos, questionando a quais crianças nos referimos ao utilizar a categoria de infância moderna ocidental, como apontado por Ariès (1986). Partimos da compreensão de que as crianças constituem-se como sujeitos de direito nas políticas públicas, mas também como atores sociais atravessados pela interseccionalidade de marcadores sociais como raça, gênero, classe e território, que influenciam os privilégios ou descasos aos quais estão expostas socialmente (Abramowicz, 2018a, 2018b, 2018c, 2022, 2025; Abramowicz e Oliveira, 2010, 2012; Oliveira e Abramowicz, 2010; Noguera, 2020a, 2020b; Noguera e Alves, 2019; Silva e Noguera, 2020)

Diante disso, propomos romper com a noção universal de infância, que pressupõe um sujeito infantil homogêneo, em favor da compreensão de múltiplas e plurais infâncias, reconhecendo que as categorias “criança” e “infância” são atravessadas por relações de poder. Essas relações, ao retirar humanidade de alguns sujeitos para atribuí-la a outros, acabam por produzir um ideal de criança branca, burguesa e assexuada, como destacam Rodrigues, Brasileiro e Zamboni (2019, p. 39), para quem a criança, nesse contexto, funciona como uma “senha de passagem” e um signo que convoca à reflexão sobre formas alternativas de vida, em dissidência às heteronormatividades racializadas.

Para esta pesquisa, adotamos a perspectiva interseccional, a fim de compreender a modulação da branquitude quanto às práticas voltadas às infâncias, considerando especialmente os marcadores de geração e raça, que fundamentam as categorias de adultidade e branquitude, respectivamente (Noguera e Alves, 2019). A adultidade é compreendida como uma categoria geracional que, em interseccionalidade com outros marcadores hegemônicos — como raça, gênero, sexualidade e classe —, contribui para o aprisionamento simbólico e social dos corpos por meio de hierarquias estabelecidas nas relações de poder, configurando o adultocentrismo. Quando combinado com a branquitude, esse sistema pode produzir uma dupla subordinação para crianças não brancas, enquanto preserva privilégios para crianças brancas.

Em termos metodológicos, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de método qualitativo, que possibilita a descrição da complexidade do tema investigado, permitindo compreender as particularidades dos sujeitos e suas experiências (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008). Nesse sentido, conforme Demo (1998), a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como um “esforço jeitoso de formalização perante uma realidade também

jeitosa. Trata-se de uma consciência crítica de propensão formalizante da ciência, sabendo indigitar suas virtudes e vazios” (Demo, 1998, p. 101).

Adotou-se uma abordagem interdisciplinar, articulando principalmente os estudos sobre branquitude e Sociologia da Infância, com interlocuções relevantes com a Psicologia Social. Essa perspectiva permitiu considerar o fenômeno estudado em múltiplos níveis — teórico, institucional e prático — e suas interseções com a experiência dos sujeitos.

1.2 Aportes metodológicos

A presente tese foi desenvolvida a partir de um desenho metodológico qualitativo, estruturado em três etapas interdependentes: (1) levantamento e sistematização do estado da arte dos referenciais teóricos mobilizados; (2) análise crítica dos marcos normativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e (3) realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras e trabalhadores do SUAS do município de Bertioga-SP. O entrelaçamento dessas etapas permitiu construir uma análise que articula empiria, teoria e normatividade, possibilitando uma leitura crítica das políticas públicas de assistência social, especialmente no que se refere às infâncias e às relações raciais.

A primeira etapa da pesquisa teve início com a retomada e aprofundamento de produções sobre branquitude previamente sistematizadas pela autora em pesquisas de iniciação científica concluídas em 2018 e 2019, respectivamente. Esse movimento inicial permitiu consolidar uma base teórica consistente a partir de autoras e autores centrais dos estudos da branquitude no contexto brasileiro (Bento, 2002a, 2002b, 2002c; Cardoso, 2008, 2010, 2014; Carone, 2002; Piza, 2002; Piza e Rosemberg, 2002; Schucman, 2014, 2017, 2018a, 2018b, 2018c, 2024a, 2024b; Sovik, 2004, 2009), bem como incorporar produções contemporâneas que vêm ampliando e tensionando o debate em diferentes campos do conhecimento. A seleção dessas referências foi orientada por sua pertinência analítica aos objetivos da pesquisa, sobretudo no que diz respeito à compreensão da branquitude como dimensão estrutural, relacional e historicamente situada.

Na sequência, buscou-se identificar produções acadêmicas que abordassem a branquitude no contexto do SUAS, utilizando os descritores branquitude e Sistema Único de Assistência Social na plataforma Google Acadêmico. Essa busca revelou apenas dez produções que discutiam a branquitude em conexão com a política de assistência social. Dentre elas, três enfocaram a condição de mulheres negras (Alves; Murta; Moreira, 2021; Neves, 2025; Rodrigues, 2022); outras três exploraram o tema com contribuições específicas para o campo

da Psicologia Social (Aquino, 2024; Maia; Santos; Santos, 2018; Oliveira et al., 2019); uma investigou a coleta de dados sobre raça no Cadastro Único (CADÚNICO) (Rodrigues; Miranda; Almeida, 2022); outro estudo analisou o Estado estruturado pela política de branquitude no país e seus reflexos nas políticas públicas de saúde e assistência social (Rocha; Brambilla, 2022); uma dissertação discutiu a questão racial a partir da análise das Conferências Nacionais de Assistência Social (CNAS) e suas resoluções de 2005 a 2019 (Campos, 2025); por fim, um trabalho abordou a invisibilidade do debate étnico-racial nos CRAS e SCFV (Fonseca; Silva; Pedroso, 2022)

Ao acrescentar, de forma alternada, os descritores infância e criança àqueles previamente utilizados, apenas duas pesquisas estabeleceram a relação entre branquitude, infância e SUAS (Eichherr, 2022; Medeiros, 2024). Observou-se, ainda, que as discussões mais amplas acerca do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), do qual a política de assistência social faz parte, foram relativamente escassas e pouco específicas (De Paula, 2024). Além disso, foi possível encontrar aquelas que relacionavam infância e branquitude ao Serviço Social, bem como ao profissional assistente social (Eurico, 2020; Magalhães, 2024). Por fim, notamos maior recorrência de estudos relacionando infância e branquitude na área de Educação (Cardoso, 2018, 2021). Importa ressaltar que todas as produções identificadas contribuíram de maneiras distintas para o desenvolvimento desta pesquisa: algumas subsidiaram diretamente a discussão dos resultados, enquanto outras ampliaram o referencial teórico e permitiram a reflexão crítica sobre os temas investigados, fortalecendo a compreensão das intersecções entre branquitude, infância e políticas socioassistenciais.

Com vistas a aprofundar a compreensão da infância como categoria social e cultural, a pesquisa dialogou de maneira sistemática com o campo da Sociologia da Infância, cujos conceitos se mostram fundamentais para problematizar as práticas institucionais dirigidas às crianças no âmbito da assistência social. Ressalta-se que, embora tenham sido realizadas buscas específicas a partir dos descritores “Sociologia da Infância” e “SUAS”, não foram encontrados resultados relevantes, o que reforça a originalidade e a necessidade do diálogo proposto nesta tese.

A segunda etapa da pesquisa consistiu no levantamento e análise de materiais institucionais e normativos da política de assistência social, com ênfase nos documentos disponibilizados pelo Governo Federal, especialmente no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Foram examinadas leis, diretrizes, resoluções, orientações técnicas e materiais institucionais relacionados tanto à infância quanto à equidade racial, buscando identificar avanços, contradições e lacunas normativas. Esse material foi

analisado não apenas como marco regulatório, mas como expressão de racionalidades políticas que orientam e, ao mesmo tempo, limitam as práticas institucionais. Os resultados dessa análise subsidiam diretamente o capítulo dedicado aos marcos normativos do SUAS, bem como atravessam a discussão empírica das entrevistas, em articulação com os estudos da branquitude, da Sociologia da Infância, do feminismo negro, das críticas ao colonialismo e da Psicologia Social.

A terceira etapa da pesquisa foi dedicada à realização das entrevistas, que constituem o eixo central da produção dos dados empíricos e desempenham papel estruturante na organização analítica da tese. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com onze profissionais do SUAS do município de Bertioga-SP, sendo seis psicólogas e cinco assistentes sociais, atuantes em diferentes níveis de proteção social: dois CRAS, um CREAS e um SAICA. A amostra é de natureza intencional e qualitativa, definida a partir de critérios de inclusão previamente estabelecidos: exercer a função de psicóloga ou assistente social no SUAS do município há, no mínimo, seis meses; atuar no SUAS em serviços de proteção básica ou especial de média ou alta complexidade; e desenvolver práticas regulamentadas por documentos oficiais que envolvessem atendimentos ou acompanhamentos direcionados a crianças.

No levantamento preliminar, identificou-se a possibilidade de entrevistar até 21 profissionais. Contudo, foram excluídos da pesquisa trabalhadores com menos de seis meses de atuação na função, aqueles que não dispunham de agenda compatível e o serviço de acolhimento institucional voltados exclusivamente à população em situação de rua, uma vez que o contrato da Organização da Sociedade Civil responsável não previa atendimento ou acompanhamento de crianças. Ao final, compuseram a amostra seis profissionais atuantes nos CRAS, quatro no CREAS e uma no SAICA.

Antes do início das entrevistas, foi solicitada autorização formal ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda para a utilização da infraestrutura dos serviços, garantindo espaços adequados, reservados e confortáveis para a realização das entrevistas. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Após a aprovação ética (CAAE: 85762124.0.0000.5401), os profissionais foram contatados individualmente e convidados a participar da pesquisa, de acordo com suas disponibilidades.

Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa, seus possíveis riscos e benefícios, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram gravadas mediante autorização, com armazenamento seguro dos registros,

assegurando confidencialidade, anonimato e a possibilidade de interrupção da participação a qualquer momento. Para fins de análise, os participantes foram identificados por pseudônimos e códigos alfanuméricos.

A coleta de dados foi realizada a partir de dois instrumentos: um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. O questionário teve como objetivo caracterizar o perfil dos participantes, considerando aspectos como profissão, escolaridade, gênero, faixa etária, raça, tempo de atuação no SUAS e no serviço atual. As entrevistas, com duração entre uma hora e meia e três horas, basearam-se em um roteiro semiestruturado, que combinou perguntas abertas e fechadas, permitindo a emergência de narrativas espontâneas e a exploração de temas não previstos inicialmente, conforme orientação de Manzini (1991) e Minayo (2009).

O processo analítico das entrevistas ocorreu em etapas sucessivas. Após a transcrição integral, realizou-se uma leitura flutuante e comparativa do material, identificando recorrências, silenciamentos, contradições e deslocamentos discursivos. Em seguida, procedeu-se à codificação temática inicial, organizada em eixos amplos — tais como funções dos serviços, demandas recorrentes, presença ou ausência das crianças, formas de escuta, desafios institucionais e caracterização dos sujeitos atendidos — que, posteriormente, deram origem à construção de categorias analíticas mais densas.

Foi a partir desse movimento analítico que se consolidou a estrutura da tese. As entrevistas não foram mobilizadas apenas como ilustração empírica, mas como elemento organizador do percurso teórico e analítico, orientando a construção dos capítulos dedicados à infância, às práticas institucionais do SUAS, à branquitude, às hierarquizações da dor infantil, às dificuldades de consideração do marcador racial e às lacunas formativas das profissionais. Desse modo, a arquitetura da tese resulta de um diálogo contínuo entre dados empíricos, referenciais teóricos e marcos normativos, reafirmando o compromisso da pesquisa com uma análise crítica, situada e eticamente implicada com a transformação das práticas institucionais.

Ao final da pesquisa, assumiu-se o compromisso de socializar os resultados com os serviços e profissionais envolvidos, visando contribuir para a reflexão coletiva e a qualificação das práticas desenvolvidas na rede SUAS do município, especialmente no que se refere à infância e às relações raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese partiu da inquietação central de compreender de que modo a dimensão racial atravessa as práticas institucionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente aquelas direcionadas às crianças. Ao longo do percurso investigativo, sustentado por uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, foi possível evidenciar que a dimensão racial não se apresenta como elemento periférico ou circunstancial, mas como estrutura constitutiva que organiza percepções, decisões, registros e intervenções, ou ainda sua ausência, no cotidiano dos serviços socioassistenciais.

Faz-se necessário, antes de adentrar os principais achados, que se situe esta pesquisa com alguns limitadores, como o porte do município e sua oferta de serviços socioassistenciais, o que pode diferir de outros contextos, a ausência ou escassez de práticas institucionais com crianças, o que exigiu uma postura mais crítica focada nas lacunas em detrimento das suas possíveis contribuições. Por outro lado, a partir da busca por bibliografias para o desenvolvimento desta pesquisa, pôde-se constatar a escassez, quando não a ausência de produções que se dediquem a reflexões sobre as infâncias, as crianças, as relações raciais atreladas ao SUAS. Isso também exigiu uma leitura extensa e interdisciplinar para se continuar com o processo da tese. Considera-se, portanto, que se fazem urgentes as discussões sobre raça e infância em relação com o SUAS, principalmente aquelas que nos permitam reconhecer e deslocar os regimes de poder do adultocentrismo e da branquitude em prol da oferta de espaços que permitam às crianças participarem, apropriarem-se e atuarem com protagonismo em todas as instâncias que lhes dizem respeito e as afetam, como também o é o marcador racial.

Além disso, importa ressaltar que a autora desta pesquisa faz parte da rede em que atuam os trabalhadores entrevistados, encontrando-se, dessa maneira, nas mesmas condições de trabalho, compreendendo e compartilhando com eles, dia a dia, as dificuldades que extrapolam este texto. Nesse sentido, considera-se que foi possível estabelecer um canal de comunicação honesto e sensível, amparado também por uma reciprocidade no modo de entender as complexidades do cotidiano e, ao mesmo tempo, de buscar caminhos que nos levem a outras possibilidades.

Importa ressaltar que não foram escassas as menções de surpresa, os momentos de comoção e também aqueles emotivos, emergentes a partir de alguns questionamentos. Assim, sem a pretensão de apresentar uma tese totalizante, que caiba e faça sentido a todo e qualquer contexto, pensamos que, ao menos neste contexto específico, foi possível iniciar a semeadura de outras perspectivas, das quais, desde que não se encerrem em si, podem florescer novos

olhares, pensamentos e práticas que contribuam efetivamente com a garantia dos direitos das crianças afiançados pela política de assistência social.

A hipótese inicialmente formulada, isto é, de que o regime estrutural de poder da branquitude, articulado ao adultocentrismo, influencia significativamente as práticas institucionais voltadas às infâncias, mostrou-se amplamente corroborada pelos dados empíricos e pela análise teórico-crítica desenvolvida. O que se revelou não foi apenas a presença da branquitude, mas sua operação como norma silenciosa, como referência não nomeada que sustenta a ideia de neutralidade institucional. Tal funcionamento encontra respaldo em estudos da Psicologia que apontam a branquitude como eixo organizador das práticas sociais, sustentando privilégios e estruturando relações de poder mesmo quando não explicitamente reconhecida.

No plano normativo, a análise dos marcos que orientam o SUAS evidenciou avanços importantes na garantia de direitos e na construção de uma política pública de proteção social. No entanto, também revelou lacunas significativas na incorporação das dimensões racial e geracional. A universalidade que orienta esses documentos tende a operar de forma abstrata, descolada das desigualdades concretas que atravessam as infâncias brasileiras, especialmente as infâncias negras. A ausência de uma abordagem sistemática da raça, sobretudo da branquitude, contribui para a manutenção de silenciamentos institucionais que dificultam o enfrentamento do racismo no interior da política pública.

No âmbito das práticas institucionais, os achados evidenciaram que as crianças ocupam um lugar ambíguo no SUAS: ao mesmo tempo em que são reconhecidas como sujeitos de direitos, permanecem frequentemente subordinadas a lógicas adultocêntricas que limitam sua participação, sua escuta e sua agência. Quando articulada à dimensão racial, essa condição se agrava, produzindo experiências diferenciadas de reconhecimento, cuidado e proteção. A análise dos instrumentais e registros revelou, de maneira particularmente contundente, como a ausência ou a secundarização do marcador racial contribui para a invisibilização das desigualdades e para a produção de políticas que não conseguem responder de forma situada às demandas das crianças atendidas.

No que se refere à dimensão empírica central da tese, a investigação demonstrou que a branquitude opera nas práticas do SUAS não como discurso explícito, mas como regime de normalidade. Sua presença manifesta-se nos silenciamentos, nas dificuldades de nomeação do racismo, na leitura individualizada de situações estruturalmente racializadas e na tendência a tratar conflitos raciais como episódios isolados. Esse funcionamento confirma o que a literatura

crítica tem apontado: a branquitude se sustenta justamente por sua capacidade de não se nomear, de se apresentar como universal e de deslocar a raça para o “outro”.

Um dos achados mais significativos desta pesquisa foi a identificação da hierarquização da dor infantil, evidenciando que a comoção, a urgência e a resposta institucional não são distribuídas de forma equânime entre as crianças. A dor de crianças negras tende a ser naturalizada, enquanto a de crianças brancas é frequentemente interpretada como exceção. Tal dinâmica revela não apenas a presença do racismo institucional, mas a sua incorporação subjetiva nos modos de perceber, sentir e agir dos profissionais.

Ao investigar os sentidos atribuídos à branquitude, constatou-se que, embora percebida empiricamente, essa categoria ainda é pouco elaborada conceitualmente pelos trabalhadores. Essa lacuna contribui para a dificuldade de reconhecimento de sua própria implicação nas relações raciais e, conseqüentemente, para a reprodução de práticas que mantêm desigualdades. Não se trata de uma falha individual, mas de um efeito direto de processos formativos que historicamente marginalizam o debate racial.

Nesse sentido, a análise das formações acadêmicas e das capacitações institucionais revelou que as lacunas identificadas nas práticas são profundamente enraizadas em lacunas epistemológicas. A predominância de referenciais eurocentrados, a escassez de discussões interseccionais e a ausência de abordagens críticas sobre raça e infância contribuem para a reprodução da branquitude como norma epistêmica. Como apontam estudos da área, a própria Psicologia tem historicamente se afastado da análise das relações raciais, apesar de seu impacto direto na produção de sofrimento psíquico e social.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a transformação das práticas institucionais do SUAS não pode ser pensada apenas no nível técnico-operacional. Trata-se de um desafio ético, político e epistemológico que exige o enfrentamento das bases que sustentam o racismo e o adultocentrismo nas instituições. Isso implica, necessariamente, investir em processos formativos contínuos, críticos e situados; revisar instrumentais e protocolos; criar espaços institucionais de reflexão coletiva; e, sobretudo, reconhecer a centralidade da dimensão racial na produção das desigualdades que a política busca enfrentar.

Esta tese contribui, portanto, em diferentes níveis. No campo teórico, amplia os estudos sobre branquitude ao evidenciar sua operação no interior das políticas públicas de assistência social. No campo empírico, oferece uma análise situada das práticas institucionais do SUAS, articulando-as às experiências concretas de profissionais e crianças. No campo político, tensiona a ideia de neutralidade institucional, evidenciando que toda prática é atravessada por

relações de poder. E, no campo ético, convoca profissionais e instituições a assumirem sua responsabilidade na reprodução e transformação das desigualdades raciais.

Por fim, esta pesquisa reafirma que não há possibilidade de garantir proteção integral às crianças sem enfrentar, de maneira direta e comprometida, o racismo que estrutura suas experiências no presente. Reconhecer a branquitude, nomeá-la e tensioná-la não é um exercício teórico abstrato, mas uma condição concreta para que outras infâncias, plurais, dignas e plenamente reconhecidas, possam emergir no interior das políticas públicas.

Se a branquitude opera como presença invisível, tornar visível o que ela silencia é, talvez, o primeiro passo para transformar aquilo que, por tanto tempo, se apresentou como natural. Faz-se, assim, um convite para que a infância, mais que uma categoria analítica, possa nos auxiliar em como existir no mundo. Desse modo, a infância pode ser compreendida enquanto um estado que pode nos acompanhar durante nossas práticas institucionais, um modo de perceber a si e ao entorno como se fosse a primeira vez.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. Contemporânea — **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 8, n. 2, p. 371–383, jul.–dez. 2018.
- ABRAMOWICZ, Anete. As crianças falam uma língua que não se escuta nem se entende — um mundo por vir: posfácio. In: _____. **Infância e pandemia: escuta da experiência das crianças**. Belo Horizonte: Incipit Editora; UFMG, 2022. p. 171-183.
- ABRAMOWICZ, Anete. Entrevista com Anete Abramowicz. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 19, p. 338-350, ago. 2025. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/Entrevista-com-Anete-Abramowicz.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2025.
- ABRAMOWICZ, Anete; LEVCOVITZ, Diana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 179–197, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/cfMLxpmmX6VCvsqsWHFGfJg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de setembro de 2025.
- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010.
- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. São Paulo: CEERT, 2012. p. 47-64.
- ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas / Sociology of childhood: drafting some lines. Contemporânea -- **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 8, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/653>. Acesso em: 22 de dezembro de 2024.
- ABREU, Waldir Ferreira de. *O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará: um estudo sobre a República do Pequeno Vendedor*. 2010. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The danger of a single story. **Palestra proferida no TEDGlobal**, jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 08 de outubro de 2020.
- AGENDA Infâncias e Adolescências Invisibilizadas. **Crianças e adolescentes de territórios urbanos em situação de violência**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Outras Expressões, 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/estudo_territorios_vulneraveis_com_capa.pdf. Acesso em: 06 de agosto de 2023.

ALMEIDA, Élide Lima. de. Anti-colonizar os afetos da branquitude no feminismo brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.5, n. 1, p. 1603-1610, jan. 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/enegrecer/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/ALMEIDA-Silvio-Racismo-estrutural-Livro-2019.pdf>.

ALVES, Cláudia de Oliveira; MURTA, Sheila Giardini; MOREIRA, Ana Luísa Coelho. Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no SUAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 36, p. 601–628, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1106>. Acesso em: 03 de setembro de 2024

AQUINO, Gabriela Lopes de. **Enredamentos comunitários: a vida na rede das políticas sociais**. Campo Grande (MS): Universidade Católica Dom Bosco, 2024. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1050529-gabriela-lopes-de-aquino-2024-enredamentos-comunitarios-a-vida-na-rede-das-politicas-sociais-compressed-1.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025

ARANTES, Esther Maria de. De “criança infeliz” a “menor irregular” – vicissitudes na arte de governar a infância. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fábio; RODRIGUES, Hiliana de Barros Conde (Orgs.). **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

ARCE, Matías Cordero. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança / The United Nations Convention on the Rights of the Child. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 105-112.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001. p. 45-56.

BAHIA, Silvana. Entrevista em: VIEIRA, K. **Como o racismo algoritmo se vale da ausência de negros na tecnologia**. Hypness, 2020. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2019/08/como-o-racismo-algoritmo-se-vale-da-ausencia-denegros-na-tecnologia/>. Acesso em:

BAPTISTA, Myrian Veras. Um olhar para a história. BAPTISTA, Myrian Veras (coord.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo, 2006. (Coletânea abrigo; 1).

BARKER, Chris. **Cultural Studies: Theory and Practice**. 3. ed. Los Angeles; London: SAGE, 2008.

BELCHIOR, Douglas. Entrevista em: Debate sobre o racismo deve ser permanente e não apenas em novembro. **Sintea**, 2021. Disponível em: <https://www.sintea.org.br/2021/11/debate-sobre-o-racismo-deve-ser-permanente-e-nao- apenas-em-novembro/> Acesso em:

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a. p. 29-58.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002b.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**". 2002c. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002c. doi:10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514. Acesso em: 03 de março de 2019.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022d.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Org. Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BIDDLE, Sam; RIBEIRO, Paulo Victor; DIAS, Tatiana. TikTok censurou rostos feios e favelas para atrair novos usuários. **The Intercept Brasil**, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/03/16/tiktok-censurou-rostos-feios-e-favelas-para-atrair-novos-usuarios/>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.

BISPO, Nêgo. EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE. **Voz contra o genocídio dos povos negro, quilombola e de terreiros**. Youtube, 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tpKNpYYoiPc>.

BLACK, Márcio. Percepções sobre o racismo no Brasil. **Papo Preto**, episódio 131, 23 ago. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States**. Lanham: Rowman e Littlefield, 2018.

BORGES, Ângela Beatriz de Lima **A inserção da (o) psicóloga (o) na política de assistência social: Contradições, desafios e limites** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BRASIL (CF). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. **Lei n.º 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 99.710**, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL (LOAS). **Lei n.º 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica — NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: MDS, 2009b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_cras.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas — Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: MDS/SNAS, 2009c. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. **Lei n.º 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989; n.º 9.029, de 13 de abril de 1995; n.º 7.347, de 24 de julho de 1985; e n.º 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; CNAS, 2011a. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2011b. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília: MDS/SNAS, dez. 2012a. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Vol. 1**. Brasília, DF: MDS, 2012b. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_paif_1.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas — Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) — Trabalho social com famílias: vol. 2**. Brasília: MDS/SNAS, 2012c. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. **Orientações Vigilância Socioassistencial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2012d. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. **II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026)**. “Proteção social para todos/as os/as brasileiros/as”. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2016a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decenal_AssistenciaSocial.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Caderno de orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos — articulação necessária na proteção social básica**. Brasília: MDS/SNAS, 2016b. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/Cartilha_PAIF_1605.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, DF: MDS / Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Secretaria-Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. **Cartilha SUAS Sem Racismo – promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Cartilha_SUAS_Sem_Racismo_.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **A criança e sua família no contexto dos serviços socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2019a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/2019/Curso_crianca_familia_contexto_servicos_socioassistenciais.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **SUAS e Programa Criança Feliz: atuação integrada**. Brasília: MDS, 2019b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Interacao_Suas_CF.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. **Parâmetros de atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania / Secretaria Nacional de Assistência Social, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/participacao-social/parametros-de-atuacao-do-sistema-unico-de-assistencia-social-no-sistema-de-garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-vitima-ou-testemunha-de-violencia>. Acesso em: 27 de setembro 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Manual de Comunicação – Indígena/etnia**. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio>. Acesso em: 05 de outubro de 2025.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **A intersetorialidade da assistência social brasileira**. Série Proteção Social – Policy Brief nº 5. Brasília: ABC/MRE, abr. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/a-intersetorialidade-da-assistencia-social-brasileira.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Trabalho e Assistência Social (ou “Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome” conforme o cabeçalho). **Desafios para construção de um SUAS sem Racismo: Assistência Social e população negra no Brasil**. Brasília, DF: MDS, 2024b. Disponível em:

https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/5_Noticias_e_Conteudo/Publicacoes/Guias_e_Manuais/Desafios_para_construcao_de_uma_SUAS_sem_racismo.pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2025.

BRASIL. **Participar de Serviços da Proteção Social Básica -- programas e benefícios assistenciais (CadÚnico): “Proteção Social Básica” / “Serviços do CRAS”**. Portal Gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/participar-de-servicos-da-protecao-social-basica-programas-e-beneficios-assistenciais>. Acesso em: 05 de outubro de 2025.

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (Coord.). **Negras (In) Confidências – Bullying, não. Isto é Racismo.** (Mulheres Negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10.639/03). Belo Horizonte – MG: Mazza Edições, 2013.

BURMAN, Erica. **Desconstruindo a psicologia do desenvolvimento**. Tradução: Mattos, Amana, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/35977864/Tradu%C3%A7%C3%A3o_BURMAN_DESTRONDO_A_PSICOLOGIA_DO_DESENVOLVIMENTO_cap_1. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York; London: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMPOS, Daniela. Entrevista em: LIMA, Laura Pereira. Falta de docentes negros e bibliografia branca prejudicam a formação antirracista na licenciatura. **Jornal da USP**, 14 set. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/noticias/bibliografia-branca-e-falta-de-docentes-negros-sao-obstaculos-na-formacao-de-professores-mais-afetivos/>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CAMPOS, David Nelson Araujo. **A questão racial nas Conferências Nacionais de Assistência Social e Resoluções do CNAS, de 2005 a 2019**. 2025. 169 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-21092025-162406/>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CAMPOS, Flávio de. Entrevista em JR., A. E. O futebol é um meio de ascensão social para jovens negros? **Alma Preta – Cotidiano**, 16 jul. 2018. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/o-futebol-e-um-meio-de-ascensao-social-para-jovens-negros/>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. “Globo, a gente se vê por aqui?”: diversidade racial nas telenovelas das últimas três décadas (1985 – 2014). **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. 36-52, 2016.

CARDOSO, Cíntia. **Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/58134/R%20->

[%20D%20-%20CINTIA%20CARDOSO.pdf?isAllowed=y&sequence=1](#). Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CARDOSO, Cíntia. **Branquitude na Educação Infantil**. Curitiba: Appris, 2021.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARDOSO, Lourenço. **Retrato do branco racista e anti-racista**. 2010. 24 f. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014. 290 f. (Tese de Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/bc4ca8dd-3d18-4b5f-90a9-4269d7821c61>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CARLI, Tassiana; RODRIGUES, Edgar Bendahan; SOUZA, Leonardo Lemos de. Privilégio epistêmico e privilégio social: uma análise curricular do curso de psicologia. In: **Gênero, cidadania e educação**. Marília: Oficina Universitária, 2023. p. 63-78.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 28, p. 127-137, 2018.

CARVALHO, Maria João Leote de; Sílvia; DUARTE, Vera; GOMES,. Desigualdades / Inequalities. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspectivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 23-34.

CASTRO, Maria de Fátima Carvalho de; QUEIROZ, Marta Maria Azevedo. Padrão de beleza para quem? As crianças negras disputam a cena no Instagram. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 11923–11935, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-062. Disponível em:

<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1975>. Acesso em: 03 de novembro de 2025.

CAVALLEIRO, Eliane. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010. p.7-85.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COCKBURN, Tom. **Rethinking Children's Citizenship**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

COCKBURN, Tom. Cidadania Infantil / Childhood Citizenship. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 85-95.

COELHO, Rony; ROCHA, Rudi; HONE, Thomas. Improvements in data completeness in health information systems reveal racial inequalities: longitudinal national data from hospital admissions in Brazil 2010–2022. **Int J Equity Health** 23, 143, 2024.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (orgs.). **Research with Children: Perspectives and Practices**. 2. ed. London: Routledge, 2008.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORRÊA, Roseane Maria. Importância da qualidade dos dados Raça/Cor para pesquisa e políticas públicas. In: **XII COPENE 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.copene2022.abpn.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSjZPIjtzOjQ6IjYwNDEiO30iO3M6MTToiaCI7czozMjoiZDQ4ZGQ5OWI1YjEwODVjMGJiNzA1NmE2YjMzYjVjMjMiO30%3D>. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza. Trabalho apresentado em: Mesa Redonda “Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza”, **I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**; Rio de Janeiro: UERJ, out. 2006. Disponível em: https://app.uff.br/observatorio/uploads/Direitos_Humanos_e_Criminalização_da_Pobreza.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

COLLING, Leandro. Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 17, p. 51–62, 2022. DOI: 10.9771/peri.v2i17.50166. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/50166>. Acesso em: 24 de março de 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORSARO, William A. **The Sociology of Childhood**. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1997.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Cidadania ou barbárie**: infância e adolescência marginalizada: violência urbana e transição democrática. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1989.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Infância, juventude e política social no Brasil. In: **Brasil, Criança/Urgente**. São Paulo, Columbus, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. A questão social na Psicologia Social: uma revisão da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-13, 2020.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da Assistência Social. In: **BRASIL. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009. p. 205-218

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 177-188, 2002.

CRUZ, Silvia Helena Vieira (org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

DA SILVA, Paulo Vinícius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia, in Van Dijk, Teun (ed.) **Racismo e discurso na América Latina**, p. 73-119. São Paulo: Contexto, 2008

DALFOVO, Michel Samir; LANA, Rogério Adilson.; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, 2 (3), p. 1–13. 2008. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17591>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DANTAS, Cândida Maria Bezerra. **Psicologia e pobreza no Brasil**: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/d21ea4c0-b801-4f72-a08f-be8b8ceacdf9/content>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Gleide. O tema racial não é um ‘recorte’. **Esquerda Online**, 20 set. 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/09/20/o-tema-racial-nao-e-um-recorte/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DE PAULA, Leonardo Régis de. Uma análise racializada sobre o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e Adolescente. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 14, e024002, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/134582>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2025.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da infância: pesquisas com crianças. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 351–370, 2005.

DeMAUSE, Lloyd. La evolución de la infancia. In: _____ (Org.). **Historia de la infancia**. Madrid: Alianza, 1982.

DEMO, Pedro. Pesquisa Qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-americana de enfermagem**, v.6, n.2, p.89-104, 1998.

DIANGELO, Robin. **White fragility**: why it’s so hard for white people talk about racism. Boston, MA: Beacon Press, 2018.

DJOK, Aline. **Colorismo, o que é, como funciona**. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Universidad de Aarhus, p. 116-131, 2005.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001, p. 13-42.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **Black Reconstruction in America (Selections)**: The Racial Wage. Nova York: Harcourt Brace & Company, 1935. Disponível em: <https://cominsitu.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/02/w-e-b-du-bois-black-reconstruction-an-essay-toward-a-history-of-the-part-which-black-folk-played-in-the-attempt-to-reconstruct-democracy-2.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DU BOIS, William Edward Burghardt. Darkwater: **Voices from within the Veil**. Mineola, NY: Dover Publications, Inc.: 1999.

DURKHEIM, Émile., 1960. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

DUSSEL, Enrique. 1492: **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J. : Prentice-Hall, 1984.

DYER, Richard. **White: Essays on Race and Culture**. London; New York: Routledge, 1997.

EICHHERR, Letícia Maísa. **Escutar a cor dos passarinhos: encontros e criaçamentos na assistência social**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/237432/001139555.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 12 abr. 2023.

EICHHERR, Letícia Maísa; CRUZ, Lílían Rodrigues da. Escutação: encontros entre crianças, assistência social e pandemia. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e263894, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/3TP4sxFJqqMr3nGtPZDzdxL/> Acesso em: 12 abr. 2023.

EURICO, Márcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 69–83, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47214>. Acesso em: 12 abr. 2023.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**, 21(1), 2009. p. 35-44

EZEQUIEL, Pedro. Por que é tão difícil traçar a genealogia de pessoas negras no Brasil? **Agência Pública**, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/11/por-que-e-tao-dificil-tracar-a-genealogia-de-pessoas-negras-no-brasil/> Acesso em: 05 de abril de 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2ª edição. Campinas SP: Veros Editora, 2005.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

FARIA, Sheila de Castro. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

FEAGIN, Joe R. (2006). **Systemic racism: a theory of oppression**. Routledge/Taylor & Francis Group.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro nas sociedades de classe**. Ensaio de interpretação sociológica. Volume I. 5ª edição. Editora Globo. 2008.

FERNANDES, Natália; MARCHI, Rita de Cássia. A participação das crianças nas pesquisas: nuances a partir da etnografia e na investigação participativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, e250024, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250024>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e Letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul./out. 2014.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na Universidade: Letramento Racial Crítica e Teoria Racial Crítica. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento racial crítico: através de narrativas autobiográficas**. São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

FERREIRA, Levi Kaique. Racismo algorítmico não é apenas sobre engajamento nas redes sociais. **Mundo Negro**, 16 out. 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/racismo-algoritmico-nao-e-apanas-sobre-engajamento-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

FERREIRA, Manuela. Brincar / Play. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 75-81.

FILHO, Euzébios Antonio; Guzzo, Raquel Souza Lobo. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**, 21(1), 2009. p. 35-44

FONSECA, Dagoberto José; SILVA, Rosicler Lemos da; PEDROSO, Luciana da Silva. Invisibilidade do debate étnico-racial no SUAS: a materialização no CRAS e no SCFV. **Serviço Social & Realidade**, v. 31, n. Fluxo contínuo (2022), 2023-11-14. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4167>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. Racismo reverso: o porquê da sua não-existência. **Interitórios – Revista de Educação**, Caruaru, v. 7, n. 13, p. 55-67, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interitorios/article/view/250044/38038>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

FORTES, Meyer. **The Dynamics of Clanship among the Tallensi**. London: Oxford University Press, 1945.

FORTES, Meyer. **Oedipus and Job in West African Religion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977–1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Trad: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FRANCKLIN, Eugene. Integralidade como ferramenta de Proteção Social no SUAS. **Blog Gesuas**, Viçosa-MG, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/integralidade-como-ferramenta-de-protecao-social-no-suas/>. Acesso em: 24 de julho de 2025.

FRANKENBERG, Ruth. **White Women, Race Matters: the Social Construction of Whiteness**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V. (Org). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
FREITAS, Rita; LOLE, Ana e ALMEIDA, Carla. **Por uma história do gênero e dos feminismos no Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais** (org. Marco José de Oliveira Duarte et al), Juiz de Fora, MG: Editora UFJF.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global Editora, 2005.

GALLI, Vanessa Ediane; FIM, Matheus Magno dos Santos; CÉSAR, Janaina Mariano. Políticas de infância e adultocentrismo: problematizando práticas de proteção a crianças e jovens. In: **10º Encontro Internacional de Política Social / 17º Encontro Nacional de Política Social**, 2024, Vitória (ES): Programa de Pós-Graduação em Política Social – UFES, 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GELER, Lea Natalia. Categorías raciales en Buenos Aires. Negritud, blanquitud, afrodescendencia y mestizaje en la blanca ciudad. **Runa**, v. 37, n. 1, p. 71-87, 2016.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século da Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**. Berkeley: University of California Press, 1984.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. 317p.

GOMES, Izaú. Entrevista em VALLE, L. Funk ajuda a discutir racismo e história negra com alunos. **Instituto Claro – Nossas Novidades**, 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/funk-ajuda-a-discutir-racismo-e-historia-negra-com-alunos/>. Acesso em: 24 de julho de 2025.

GOMES, Nilma Lino; TEODORO, Cristina. Do poder disciplinar ao biopoder à necropolítica: a criança negra em busca de uma infância descolonizada. **Childhood & Philosophy**. Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-16. 2021.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Tubarão, v. 12, n. 22, p. 350-367, jun./dez. 2018. DOI: 10.19177/prppge.v12e222018350-367. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/7358>. Acesso em: 24 de julho de 2025.

GONÇALVES, Ana Maria. O medo da raça humana. **Geledés – Artigos e Reflexões**, 24 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-medo-da-raca-humana-por-ana-maria-goncalves/> Acesso em: 24 de julho de 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORJON, Melina Garcia; MEZZARI, Danielly Christina de Souza; BASOLI, Laura Pampana. Ensaando lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 21, n. 1, p. 1-11, 2019.

GUERRA, Yolanda. ORTIZ, Fátima da Silva Grave. VALENTE, Joana. FIALHO, Nádia. O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA “QUESTÃO SOCIAL”. In : **III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI** – UFRM. São Luís – MA, 2007.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; Janiacke, E.; Silva Neto, Walter M.; Marçal, C. R. M. O psicólogo e a questão social: Desafios e obstáculos para a prática profissional. In: M. H. Bernardo; R. S. L. Guzzo; V. L. T. Souza. (Orgs.), **Psicologia Social: Perspectivas críticas de atuação e pesquisa** (pp. 153-172). Campinas, SP: Alínea, 2013.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; LACERDA, Fernando Jr. (Orgs.). **Psicologia e sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

HANNA, Amy; LUNDY, Laura. Voz das Crianças / Children's Voices. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspectivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 465-468.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995.

HARDING, Sandra. **Whose science? Whose knowledge?** Thinking from women's lives. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HARDMAN, Charlotte. Can there be an Anthropology of Children? **Journal of the Anthropological Society of Oxford**. Volume 4, Issue 2, p. 85–99, 1973.

HELMS, Janet E. **Black and white racial identity: theory, research, and practice.** Greenwood press, 1990.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004

HILÁRIO, Leomir Cardoso; LIMA, Sophia Helena Rito. Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/BSyMmBjKQNTZpY68BNWpbLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Teoria feminista:** da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019a.

HOOKS, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo, Elefante, 2019b.

HOOKS, bell. **Olhares negros:** raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019c.

HUIJG, Diana Diana. “Eu não preciso falar que eu sou branca, cara, eu sou Latina!” Ou a complexidade da identificação racial na ideologia de ativistas jovens (não) brancas. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 77-116, jan./jun. 2011.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian L. **Constructing Childhood** – Theory, Policy and Social Practice. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2004.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan (orgs.). **Constructing and Reconstructing Childhood:** contemporary issues in the sociological study of childhood. London: Routledge, 1997. p. 7-33.

KILOMBA, Grada. Entrevista em CARTA CAPITAL. “O racismo é uma problemática branca”: uma conversa com Grada Kilomba. **Carta Capital**, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematika-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba/>. Acesso em:

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACERDA, Fernando Jr. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, 3, 2013. p. 216-263.
LAPASSADE, Georges. **A entrada na vida.** Lisboa: Edições 70, 1975.

LARKINS, Cath. Participação / Participation. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais** / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 385-391.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. 6. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Vozes da Floresta** | Ailton Krenak, 2021. [Vídeo]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w>.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social? **Revista Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 23-31, jan./jun. 2011.

LEWIS, Ann. Silence in the context of ‘child voice’. **Children & Society**, 24 (1), 2010. p. 14-23.

LIEBEL, Manfred. Protagonismo Infantil / Children’s Protagonism. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspectivas Globais** / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 417-423.

LIMA, Luciana Leite; D’ASCENZI, Luciano. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. In: **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. p. 127-152.

LIPSITZ, George. **The possessive investment in whiteness**: how white people profit from identity politics. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Tradução de Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. p. 11–38. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

LUNDY, L. Voice is not enough: conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. **British educational research journal**, 33 (6), 927-942, 2007.

MAGALHÃES, Carina dos Santos. **Eu não sou uma criança?** Pensando os percursos do racismo na infância. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) — Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/24845/1/CMAGALHAES-min.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

MAHMOOD, Saba. **Politics of piety: the Islamic revival and the feminist subject**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Denis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 2, 2020.

MAIA, Rodolfo Luís Almeida; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SANTOS, Marcelo Jardim dos. As relações étnico-raciais no cotidiano de psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo. **Atualidades na Investigação em Psicologia e Psicanálise**, São Paulo, p. 33-50, 2018.

MALINOWSKI Bronislaw. **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Tradução de Francisco Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARCHI, Rita de Cássia. Infância, sociologia da infância e políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 183–198, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCOS, Plínio. Lincoln só queria a igualdade dos homens. Coluna “**Navalha na Carne – Última Hora**”, 2 mai. 1969. Disponível em: <https://www.pliniomarcos.com/jornaiserevistas/lincoln.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

MARQUES, Ana E. A.; OLIVEIRA, Flávia G.; NASCIMENTO, Maria L.; MIRANDA, Paul C. Mecânicas de Exclusão no espaço do Juizado de Menores: reflexões acerca das práticas e discursos do comissário de vigilância. In: NASCIMENTO, Maria L. (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto, 2002, p.144-165.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicologia social latino-americana: rumo a uma psicologia social da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Ana Paula Vosne. O método da assistência: o encontro de mulheres profissionais e filantropas na criação e organização do Serviço de Obras Sociais (SOS) na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. Niterói: **Tempo**, v.24, n.2, 2018.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEAD, M. **Coming of age in Samoa**. Nova York: W. Morrow & Company, 1928

MEAD, M. **Growing up in New Guinea**. London: Penguin Books, 1963

MEDEIROS, Mayara Cristina de Aguiar. **Acolhimento institucional para crianças e adolescentes**: indagações sobre branquitude e decolonialidade sob um ponto de vista clínico do trabalho. 2024. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/298159>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MESQUITA, Adriana; FREITAS, Rita; TURBINO, Cristiano. O lugar das mulheres trabalhadoras na assistência social brasileira: a íntima relação entre a divisão sexual do trabalho e o trabalho do cuidado. In: **V Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos**, 2024. Anais... 2024. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3649>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 23-38, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina Célia T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. DE; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004, p.43-60.

MOORE, Carlos. **O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. Nandyala; Uberlândia: Cenefro, 2010. (Coleção Repensando África, Volume 5).

MORAES, Daniele Alves; SANTOS, Eduardo Rodrigues dos; JESUS, Fernando Santos de; MELO, Laiane Rodrigues Magalhães de; HENRIQUE JÚNIOR, Moacir. Racismo como direito fundamental? Uma crítica constitucional ao neoracismo identitário e ao mito do racismo estrutural. **Revista Boca**, v. 22, n. 66, 2025.

MORAIS, Yasmim. **Digital influencers denunciam racismo algorítimo no Instagram**. 2020. Disponível em: <https://negre.com.br/digital-influencers-denunciamracismo-algoritmico-do-instagram/>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

MORAL-ESPÍN, Lucía del. Bem-Estar Infantil / Childhood Well-Being. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais** / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 67-73.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). Campinas-SP: **Cadernos Pagu** (16), p. 199-235, 2001.

MUAZE, Mariana Ferreira de Aguiar. **A descoberta da infância: a construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

MÜLLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: REDIN, Euclides et al. (org.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 06–14, jul./out. 2012.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lucia. O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: **Perspectiva**, 2017, p. 33 a 44.

NAKAMURA, João. Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores, aponta IBGE. **CNN Brasil**, São Paulo, 06 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-aponta-ibge/>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, TATIANA. **Antirracismo branco tem como limite a própria branquitude**, 2020a. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGVAgzhDSt/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 12 de abril de 2024.

NASCIMENTO, TATIANA. **A esperança é a única que move**, 2020b. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2559206751058995&id=1742435509402794&set=a.1751948228451522>). Acesso em: 12 de abril de 2024.

NASCIMENTO, TATIANA. **tem lugar entre esperança y o delírio branco colonial salvacionista?**, 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQ_XbRCnwuf/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 12 de abril de 2024.

NÊGO, Bispo. EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE. **Voz contra o genocídio dos povos negro, quilombola e de terreiros**. Youtube, 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tpKNpYYoiPc>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

NEVES, Iolanda. **Política de Assistência Social, Mulher e Empreendedorismo: o olhar dos trabalhadores sociais**. 2025. Monografia (Graduação em Serviço Social) — UNESP, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/321b3748-4acf-4cdc-af3b-f3fbba6475a>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da brancura. **Percursos**, n. 73, p. 9–20, 2024.

NOGUERA, R. denúncias e pronúncias: estudos afroperspectivistas. **Childhood & philosophy**, v. 17, jul. 2020a.

NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? **Lunetas**, 09 dez. 2020b. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infância diante do racismo: teses para um bom combate. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 413-440, 2015.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu. **Latitude**, v. 10, n. 2, p. 383-423, 2016.

OLIVEIRA, Antonio Carlos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Famílias, cuidados e políticas públicas: Families, care and public policies. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 43, p. 9-22, Jan./Abr. 2019.

OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. O medo dos brancos em falar da branquitude. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-medo-dos-brancos-em-falar-da-branquitude/> Acesso em:

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana; CRUZ, Lilian Rodrigues da. Raça e Política de Assistência Social: Produção de

Conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 4, p. 866-880, 2019.

OLIVEIRA, Fabiana de. Idade e raça como marcadores para se pensar a infância. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 36, p. 547-572, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/997>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**, v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes; Amorim, Keyla Mafalda de Oliveira. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, 30(70), 2012. p. 559-566.

OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. **Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas**: representações de branquitude entre indivíduos brancos. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal da Bahia, Bahia.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Aprovada pela Resolução 44/25 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 20 de novembro de 1989; entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 02 de janeiro de 2025.

OSWELL, David. Agência das Crianças / Children’s Agency. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 250-259, jul./dez. 2010.

PAIVA, Ilana Lemos de. **Os novos quixotes da psicologia e a prática social no âmbito do terceiro setor** (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2008.

PASSOS, Ana Helena Itamar; PUCCINELLI, Bruno; ROSA, Waldemir. As narrativas hegemônicas como normativas excludentes: raça, gênero e sexualidade. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo (Sesc), n. 8, 7-22, jul. 2019.

PASSOS, Rachel Gouveia e NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho. **Revista Katálises**, v. 21, n. 3, pp. 484-503, Florianópolis, 2018.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. A precarização no trabalho do assistente social na Política de Assistência Social. **Trabalho apresentado na VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2007.

PERCY-SMITH, Barry; THOMAS, Nigel. (Eds.). **A Handbook of Children and Young People's Participation Perspectives from theory and practice**. New York: Routledge, 2010.

PECHTELIDIS, Yannis. A Criança como Ator Social / The Child as a Social Actor. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspectivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. A cor nos censos brasileiros. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

POLLOCK, Linda A. **Forgotten children**: parent-child relations from 1500 to 1900. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

POSTMAN, Neil. **The Disappearance of Childhood**. Vintage Books, 2 ago. 1994.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. 2022. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/criancas_e_adolescentes/index.php?p=331328#:~:text=As%20Medidas%20socioeducativas%20de%20Liberdade,Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente%20%E2%80%93%20ECA.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

PROUT, Alan. **The Future of Childhood**: Towards the interdisciplinary study of children. Abingdon: RoutledgeFalmer, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLACSO; São Paulo, [s.n.], set. 2005. p. 227-278.

QVORTRUP, Jens (org.). Childhood as a Social Phenomenon: lessons from an International Project. **International Conference**, Billund, Denmark, 24-26 September, 1992. Vienna: European Centre for Social Welfare Policy and Research, 1993.

QVORTRUP, Jens. Infância e política. **Cadernos de Pesquisa**, 40(141), 2010. p. 777-792.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social** – caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do ‘branco’ brasileiro. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RAMOS, Débora Oliveira. **A branquitude como uma estrutura e a questão social negra no Brasil**: uma premissa analítica da produção científica do Serviço Social no ENPES e CBAS. 2016. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17460/1/2016_DeboraOliveiraRamos_tcc.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2022.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RASMUSSEN, K. (2004). Places for children – children’s places. **Childhood**, 11(2), 155 - 173.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Renan Vieira de Santana; BRAMBILLA, Beatriz Borges. A branquitude e a (des)racialização do Estado brasileiro: retratos da desigualdade nas políticas públicas de saúde e assistência social. **Anais do 13º Congresso Internacional da Rede Unida**, v. 4, Suplemento 1, 2018.

RODRIGUES, Alexsandro; BRASILEIRO, Castiel Vitorino; ZAMBONI, Jésio. No entre-lugar do corpo, gênero, sexualidade e raça: encontros com outras crianças e infâncias. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (ReBEH)**, v. 1, p. 29-46, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9090>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

RODRIGUES, Gislene Araújo. **Assistência social e mulheres negras**: um estudo pela perspectiva decolonial e interseccional sobre os atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica no CREAS. 2022. 188 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) —

Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/45335>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

RODRIGUES, Josiel William Paes. **Colorismo: uma visão aplicada**. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2023. Dissertação de Mestrado. 74 f. Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/6191.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

RODRIGUES, Luciana; BATTISTELLI, Bruna Moraes. Enfrentando a supremacia branca: pensando possibilidades para práticas de escuta e cuidado no ensino superior. In: ROMANINI, Moisés (Org.). **Psicologia, educação e saúde mental: problematizações sobre/com a universidade**. Florianópolis: ABRAPSO, 2024. p. 69-85. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Livro-Psicologia-e-Saude-Mental_v2.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2025.

RODRIGUES, Luciana; MIRANDA, Gabriela da Cruz; ALMEIDA, Diângeli Strada de. Perguntar para quê? Quesito raça/cor no Cadastro Único para Programas Sociais. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/xQvv94sRCxH5HbDTPPPwF6w/?format=pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

ROEDIGER, David R. **The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class**. London: Verso, 1991.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

ROMIO, Jackeline. Entrevista em BARROS, E. Sem dados por raça/cor, as políticas não atingem quem mais precisa. **Agência Patrícia Galvão**, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/sem-dados-por-raca-cor-as-politicas-nao-atingem-quem-mais-precisa/>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SANTOS, Alessandro de Oliveira.; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32(nº spe), 166-175, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josilda Carmo. Vozes silenciadas, corpos em luta: interseccionalidade, dispositivos de racialidade e a luta das mulheres negras: críticas ao “identitarismo” no Brasil contemporâneo. In: 5.º **Seminário Nacional de Sociologia do PPGS/UFS — Sociologia e internacionalização: explorando novos horizontes e desafios**, 2024, São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFS, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/21766/2/VozesSilenciadasCorposLuta.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Pamela Cristina dos; PASSOS, Joana Célia dos. As crianças são racistas? **Geledés – Portal Geledés**, 23 set. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/2018/01/12/ver-o-racismo-como-um-problema-dos-negros-e-um-privilegio-dos-brancos/>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SANTOS, Santa Marli Pires dos; CRUZ, Dulce Regina Mesquita da. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação**. Porto: ASA, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Crianças: educação, culturas e cidadania activa: refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 17-40, 2005. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v23n01/v23n01a03.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. de (orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, 6 (3), 2011. p. 581 -602.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Culturas Infantis / Children's Cultures. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 179-185.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo, In M. Pinto e M. J. Sarmento (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. (9-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

SCHLITHLER, Célia. Pelo fim do uso de “carente”. São Paulo: **Geledés — Instituto da Mulher Negra**, 08 jun. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pelo-fim-do-uso-de-carente/>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política** [online], v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entrevista em USP. Pesquisa investiga marcas do racismo em “famílias inter-raciais”. **Jornal da USP**, 30 maio 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/pesquisa-investiga-marcas-do-racismo-em-familias-inter-raciais/>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018a.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entrevista in: ALVES, Alessandra Goes. Ver o racismo como um ‘problema dos negros’ é um privilégio dos brancos. **The Intercept Brasil**, 12 jan. 2018b. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/01/12/ver-o-racismo-como-um-problema-dos-negros-e-um-privilegio-dos-brancos/>. Acesso em: 23 de maio de 2025..

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. In: SILVA, Maria Lúcia da; FARIAS, Márcio; OCARIZ, Maria Cristina; NETO, Augusto Stiel (Orgs.). **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo Brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018c. p. 137-150

SCHUCMAN, Lia Vainer. O que é branquitude? **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**. Publicado em 09 out. 2024. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2024/10/09/o-que-e-branquitude/>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37 (núm. esp.), 172-185, 2017.

SCHURSTER, Karl; GHERMAN, M. **EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE**. Genocídios e memória da Shoá. Youtube, 16 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EjJe7KKECrA>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEIXAS, Eunice Castro. Espaços para Crianças / Children’s Spaces. In: TOMÁS, Catarina; TREVISAN, Gabriela; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (Orgs.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 219-225.

SILVA, José F. A luta dos garís e o combate de raça e classe: um conflito anunciado. **Esquerda Online**, 21 maio 2014. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2014/05/21/a-luta-dos-garis-e-o-combate-de-raca-e-classe-um-conflito-anunciado/> Acesso em: 26 de agosto de 2022.

SILVA, Liziane Guedes da; NOGUERA, Renato. Repensando as infâncias das crianças negras: notas afroperspectivistas e introdutórias a partir do Sopapinho Poético. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 9, p. 187-203, 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Priscila Elizabeth et al. O conceito de branquitude: Reflexões para o campo de estudo. In MULLER, T.; CARDOSO, L. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 201, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/4760/3121>. Acesso em:

SILVÉRIO, Valter Roberto. A diferença como realização da liberdade. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Maria da Assunção; SILVÉRIO, Valter Silvério (orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de pesquisa**, 112, 2001. p. 7-31.

SOARES, Gabriela. Entrevista em: PEREIRA, Catiane. A primeira coisa que chega é a nossa cor: os traumas da infância negra diante da violência policial. **Revista Afirmativa**, 26 maio 2025. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/a-primeira-coisa-que-chega-e-a-nossa-cor-os-traumas-da-infancia-negra-diante-da-violencia-policial/> Acesso em: 04 de dezembro de 2025.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica, 1999.

SOUZA, Edmacy Quirina; SANTOS, Maria Walburga. Racism and necrochildhood: some clues for childhood and children's education. **Educazione Interculturale**, v. 22, n. 1, p. 34–47, 2024.

SOUZA, M. H. F. de. O letramento racial como instrumento de transformação social e cultural: um enfrentamento histórico e educacional do racismo estrutural no Brasil. **Revista Difatto**, 2025. Disponível em: <https://revistadifatto.com.br/artigos/o-letramento-racial-como-instrumento-de-transformacao-social-e-cultural-um-enfrentamento-historico-e-educacional-do-racismo-estrutural-no-brasil/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil. In: VRON WARE (org.) **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPYROU, Spyros. Researching children's silences: Exploring the fullness of voice in childhood research. **Childhood**, 23 (1), 2016. p. 7-21

THIENGO, Carlos. Entrevista em JR., A. E. O futebol é um meio de ascensão social para jovens negros? **Alma Preta – Cotidiano**, 16 jul. 2018. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/o-futebol-e-um-meio-de-ascensao-social-para-jovens-negros/>. Acesso em:

TOMÁS, Tayná Wienne Adorno. **Eu, criança: pedagogias culturais das infâncias negras nas mídias digitais**. 2023. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023. Disponível em: <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/dissertacoes/2023/2023-tayna-wienne-adorno-tomas.pdf>. Acesso em:

UNICEF; FBSP. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021-2023)** – 2ª edição. São Paulo: UNICEF; FBSP, 2024. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf.pdf). Acesso em:

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos** (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. A coisa que fala. **Folha de São Paulo**, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1111200112.htm>. Acesso em:

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WARE, Vron. O poder duradouro da branquidade: um problema a solucionar. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WARNER, Michael (ed.). **Fear of a queer planet: queer politics and social theory**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 1993.

WEBER, Max. **Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology**. Reimpressão. Berkeley, CA: University of California Press, 1978.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. [S.l.]: [s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 de dezembro de 2025.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, terceiro setor e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, 19(1), 2007. p. 30-37.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Questão social e políticas públicas: Revendo o compromisso da Psicologia. In: A. M. B. Bock (Org.), **Psicologia e o compromisso social** (pp. 29-36). São Paulo, SP: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?lang=pt>. Acesso em: 23 de dezembro de 2025.